

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Curso Superior de Letras

A criação do Curso Superior de Letras dá-se no contexto de uma intervenção decisiva do monarca D. Pedro V em 1858, visto que em 1857 José Maria de Abreu já tinha apresentado na Câmara Electiva uma proposta de Projecto-lei nesse sentido sem, no entanto, reunir consenso para avançar. O decreto, datado de 30 Setembro de 1858, alocava verbas para a criação do curso, o qual se veio a efectivar em 1861, com a abertura e primeiras aulas a 14 de Janeiro desse ano. Era então à data Director Geral da Instrução Pública José Maria de Abreu, o que parece confirmar o seu papel de relevo nesse programa educacional, uma vez que a estrutura do curso segue os moldes que tinha delineado no seu projecto.

O idealizado Curso Superior de Letras seria nessa proposta inicial constituído por 5 cadeiras, sendo que 2 a 3 delas teriam uma estreita ligação aos estudos históricos. De facto, as valências de estudo do curso apontavam para as áreas da história, filosofia e literatura, vindo mais tarde a alargar-se à linguística, bem como a outras áreas do saber então em ascensão como a sociologia e a psicologia.

Um dos objectivos era claramente colmatar o atraso nos estudos historiográficos verificado em Portugal, que se encontravam então ainda longe das tendências de investigação, científica e crítica, que se vinham disseminando pela Europa. Isso é notado desde logo pela ausência de um curso superior com incidência na área das humanidades. Esta área de conhecimentos apenas era abordada na Universidade de Coimbra como propedêutica de outras áreas, sobretudo em estudos de cariz eclesiástico e no direito, que mantinha maior diálogo com temas históricos, ainda que de forma insuficiente e sempre ligada a temáticas jurídicas.

Desse modo, propostas para a criação do Curso Superior Letras recaíam não apenas sobre Lisboa, mas também Coimbra. Procurava-se com isso suprir uma ausência transversal do ensino de nível universitário nas áreas do saber abordadas naquele programa de estudos. A criação de um curso semelhante em Coimbra foi um dos pontos de difícil consenso, uma vez que, dados os poucos recursos, dá-se a sua abertura somente em Lisboa. Pelo que se podem ler protestos em jornais e revistas coimbrãs (por ex. O Instituto de Coimbra), reclamando igual medida nessa cidade, tal como José Maria de Abreu tinha inicialmente contemplado.

Na realidade foram várias as vozes, ao longo do séc. XIX, que reclamavam a criação de uma escola superior humanista em Coimbra que pudesse ensinar conhecimentos filosóficos e históricos aos estudantes,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

como por exemplo Joaquim Lopes-Praça, autor da primeira História da Filosofia em Portugal, ou mais tarde, já no séc. XX, o investigador de história da filosofia Joaquim de Carvalho. Esse desejo só se torna uma realidade pela mão do regime republicano, com a criação das Faculdades de Letras em Coimbra e em Lisboa, esta última herdeira directa do Curso Superior de Letras.

Sem descurar o importante contributo do Curso Superior de Letras para os estudos históricos, as várias perspectivas, referentes à sua natureza e funcionamento, irão condicionar o alcance e desenvolvimento que a história nele teve. Até porque o predomínio da feição religiosa em relação ao ensino humanístico dificultou a inovação nessa área de conhecimento. A área das ciências experimentais movimentou simpatias por parte dos adeptos do progresso, essa, sim, supostamente funcionaria como contrapeso ao conservadorismo reinante no campo católico. Apesar da secularização crescente do ensino, a questão religiosa foi antes de mais campo de batalha política, que era não raras vezes instrumentalizada, sendo que isso pouco contribuiu para renovar o ensino e o investimento na área da história, tradicionalmente associada aos meios eclesiásticos (vd. Sérgio Campos Matos, *Cultura Histórica e Cultura Escolar...*, 2002).

Um dos pontos de desacordo estaria no grau de abrangência do curso, visto que poderia ser concebido apenas numa vertente preparatória (propedêutica) para o ensino superior em geral, no lugar de conferir uma habilitação académica. Isso deveu-se, por exemplo, ao motivo apontado no parágrafo anterior, mas também, no caso da localização do Curso Superior de Letras em Lisboa, possivelmente pelo interesse de manter o monopólio da educação superior em Coimbra no que toca a habilitações, cuja Universidade exercia ainda poderosa influência na política educativa. Essa disposição parece ter sido a dominante, pois até pelo menos 1901 é inexistente qualquer regulamentação de habilitações, apesar de certo prestígio que a frequência no curso atribuiria.

Todos esses factores foram um entrave à expansão das humanidades em Portugal, particularmente no que se refere ao Curso Superior de Letras. Tendo em conta a problemática anterior, coloca-se desde logo a questão do nível de aprofundamento dos conhecimentos históricos, filosóficos e literários. Seriam estes abordados sobre um prisma de vulgarização e reprodução de conhecimento já adquirido? Ou é requerida antes de mais uma investigação metódica capaz de criação científica, adequada à realidade nacional, tão necessária no panorama cultural do Portugal contemporâneo?

Este último ponto de vista era defendido por Adolfo Coelho, mesmo antes de entrar para o corpo docente da instituição, nas Conferências do Casino lisbonense em 1871. Teófilo Braga, por seu turno, tinha também ele um projecto de reforma para a instituição, nele acentuar-se-ia a dimensão sociológica, com marcada intenção de cultivar e dinamizar um espírito de cidadania, próximo do ideário republicano. Parece notório que condicionantes político-ideológicas e interesses pessoais ditaram igualmente os rumos da História, o seu programa curricular e incidências temáticas, para além das tendências intelectuais inerentes à própria disciplina.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Este último aspecto, relativo à história intelectual, é uma das vertentes de investigação mais interessantes, com certeza merecedora de um olhar mais atento, visto que ao longo da existência do Curso Superior de Letras se foram afirmando diferentes correntes intelectuais no domínio dos estudos históricos. Isso deveu-se a características individuais dos docentes, mas também desde logo a traços fundamentais incutidos no programa aquando da sua fundação. Por isso rejeitaram-se alguns candidatos a nível administrativo, apesar da aprovação parcial por parte do corpo docente, uma vez que não reuniam as condições para o exercício da actividade, segundo os princípios delineados ao nível de decisores políticos, os quais imprimiram primeiramente as direcções que o curso deveria tomar.

As cadeiras de filosofia e teoria histórica são um bom exemplo a esse respeito. Como no caso de Levy Maria Jordão, influente intelectual e figura pública da elite política, que é nomeado provisoriamente para a cadeira de História Universal Filosófica. Ainda que seja plausível o argumento da falta de preparação dos candidatos, não é menos verdade que vão partir de Levy Maria Jordão as directrizes principais dessa cadeira, depois continuadas e alargadas por Jaime Moniz, também ele mais tarde muito activo politicamente, quando é nomeado definitivamente por concurso.

Para além de seguir perspectivas históricas segundo os modelos da filosofia da história, Maria Jordão é igualmente um dos mais importantes seguidores do Krausismo enquanto corrente filosófica, cuja origem remonta aos seus tempos de estudante em Coimbra. Essa mesma tradição é continuada por Jaime Moniz, ainda que de forma menos marcada, pois outras tendências do universo intelectual germânico, como Hegel e o Neo-Kantismo, fazem parte da sua reflexão teórica acerca da história.

Esse perscrutar das tendências que se afirmaram no Curso Superior de Letras parte necessariamente da análise do percurso dos professores, actividade desenvolvida, publicações ou participação cívico-política no espaço público, e sobretudo dos conteúdos lecionados nas aulas. Inicialmente, o Curso Superior de Letras abre em 1861 com apenas as primeiras três cadeiras a funcionar, contemplando no seu programa as seguintes cadeiras: 1. História Pátria e Universal 2. Literatura Grega e Latina e Introdução às suas origens 3. Literatura Moderna e Especialmente a Portuguesa 4. Filosofia Transcendente 5. História Universal Filosófica.

Desde a sua fundação o peso da história é notório em cada uma das cadeiras, apesar de estar contemplada apenas no título de duas. É de assinalar que a 4ª cadeira, por exemplo, poderia ser englobada na dimensão da história dado que em grande medida se direciona mais para a história da filosofia.

Essa cadeira de Filosofia, tal como a de História Universal Filosófica, teve vários contratempos iniciais. À falta de docentes que pudessem ser convocados, é lançado um concurso que, no entanto, não reuniu apoio evidente para qualquer candidato. São primeiramente abertos cursos livres de Filosofia, por iniciativa de alguns candidatos, particularmente da parte de José de Lencastre que viria, no entanto, a falecer, sendo postumamente apontado professor como forma de homenagem.

O concorrente Augusto Maria da Costa de Sousa Lobo abre também um curso livre de Filosofia, seguindo as pisadas de Lencastre, possivelmente, com o intuito de comprovar a sua apetência para o ensino da matéria



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em questão. O que parece ter ajudado já que é apontado provisoriamente para a cadeira, sendo dois anos depois definitivamente nomeado por concurso.

Segundo Manuel Busquets de Aguilar, pioneiro na investigação acerca do Curso Superior de Letras, Sousa Lobo teria sido nomeado primeiramente para a 5ª cadeira e Levy Maria Jordão para a 4ª, vindo posteriormente a trocar a regência das mesmas, dado o interesse de Sousa Lobo pela cadeira de filosofia. Ao que se sabe, houve pelo menos outro concorrente em ambos os concursos para a 4ª cadeira, Silva Ferraz é candidato em 1860 e depois novamente em 1863. Entre esses dois momentos, Ferraz é também autorizado a lecionar um curso livre de História da Filosofia na instituição.

Em ambos os concursos, Silva Ferraz foi preterido em favor dos candidatos opositores. É difícil saber qual a posição filosófica e conhecimentos de história da filosofia de Ferraz, uma vez que os textos base para ambas as candidaturas são apenas liminarmente mencionadas por Busquets, encontrando-se, entretanto, em paradeiro incerto. Sabe-se pelo menos, de acordo com este autor, que foi crítico do eclecticismismo de Cousin em 1860. Já em 1863 embrenha-se pelos racionalistas do iluminismo europeu, começando por Descartes e terminando em Leibniz, no entanto, segundo nos descreve, foram abordados em forma de um “estudo muito resumido e sem interesse”.

Em relação a Sousa Lobo, temos mais informação, ainda que o legado intelectual e bibliográfico do professor não seja numeroso. Contam-se entre as suas publicações apenas a sua obra anti-iberista Um voto contra a união ibérica bem como a reprodução textual da sua apresentação ao concurso para a 4ª cadeira em 1863. Algo decepcionante, para uma carreira tão longa no ensino superior, cessando funções apenas em 1900 por motivo de óbito.

Existem, contudo, alguns dos programas da cadeira, além de relatos dos seus ouvintes, assim como, claro está, algumas informações a seu respeito dada a sua condição de visibilidade como professor. No programa impresso para os anos de 1865-1866 denota-se desde logo o marcado predomínio da filosofia alemã, pois é nessa parte da história da filosofia em que mais se alonga. Ele repete o famoso aforismo de Hegel de que o «tudo quanto é racional é real, tudo quanto é real é racional», considerando as ideias daquele filósofo como a grande síntese da filosofia alemã.

Talvez por isso, o que mais lhe interessava na filosofia francesa era o eclecticismismo de Cousin, uma vez que em traços gerais é o que mais se ressentia das ideias de além-reno, como muitos afirmaram. Devido às suas crenças de base católica, era o pensamento de Cousin, pese embora a menor originalidade, que com certeza melhor se harmonizava com o seu.

Portanto, as tendências próximas do idealismo alemão predominavam no ensino da história da filosofia. Quanto à evolução do seu pensamento, resumidamente, parece seguir, em boa medida, por um lado uma maior abertura ao discurso científico próximo do pensamento positivista, com a sua metodologia e critérios de certeza. Segue por outro lado, os desenvolvimentos da filosofia alemã, dando maior destaque particular à dimensão da consciência, ou do inconsciente, bem como maior atenção às propostas da fenomenologia.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Essa actualização torna-se evidente no manuscrito do programa de 1885 quando nos fala dos fenómenos mentais e das faculdades do inconsciente, reconhecendo a necessidade do estudo da psicologia para a sua compreensão. Podemos observar também a ênfase nos critérios da certeza, no domínio da ciência e da filosofia, numa clara alusão aos princípios positivistas.

Apesar de tudo, Sousa Lobo procurou comprovadamente a renovação dos estudos histórico-filosóficos visto que, tal como outros professores, propôs por diversas vezes reformas no curso e a criação de novas cadeiras. Pelo que foi dito no parágrafo anterior, psicologia seria uma delas, algo igualmente defendido por Teófilo Braga. No entanto, o professor de Filosofia também sugeriu a criação de uma cadeira de Lógica.

Apesar da 4ª cadeira versar sobre filosofia, alguns dos seus conteúdos eram bastante próximos da 1ª (História Pátria) e 5ª cadeira (História Universal Filosófica) respectivamente. Tanto que o conselho Superior de Letras em 23 de Dezembro 1885 reconhece os professores dessas cadeiras como “substitutos naturais” uns dos outros, em caso da impossibilidade de lecionar por qualquer um deles, dadas as relações de dependência dessas cadeiras. A história era, portanto, iluminada pela filosofia na busca de inteligibilidade dos sucessos históricos, e a filosofia revia-se na história confirmando as suas teorias.

No entanto, foi, por exemplo, o professor de literatura moderna, Teófilo Braga, quem regeu interinamente a cadeira de História Universal e Pátria em 1878. O que só demonstra que a história e a filosofia dominavam também as preocupações de docentes de outras cadeiras. Acresce o facto que o absentismo dos docentes era recorrente, como no caso de Sousa Lobo, que na década de 1870 exerceu funções políticas e foi deputado. Encontrar substitutos apropriados era por vezes difícil, sendo que ausências por motivo de saúde eram também comuns.

A esse respeito é interessante assinalar que em 1870 Sousa Lobo, por motivo de doença, se viu impedido de reger a sua cadeira de Filosofia, assim como curiosamente Jaime Moniz, que o poderia substituir, pelos mesmos motivos deixa de lecionar também a cadeira de História Universal Filosófica. Para os substituir é chamado Levy Maria Jordão, o que parece confirmar o peso que este exerceu na direção inicial do curso em 1861, visto que mantém, ao que tudo indica, boas relações com os docentes dessas cadeiras. Por sinal, todos eles estavam bem posicionados em termos políticos.

Na realidade, a apetência para o autodidatismo, implicando uma vasta cultura geral e a abrangência de interesse por diferentes áreas de conhecimentos, levou a que muitos dos professores do Curso Superior de Letras se tenham ocupado da história. A esse respeito, até os primeiros professores de literatura são um bom exemplo, sendo que a ligação a questões relacionadas à história não seria incomum logo nos primeiros passos do Curso. É o caso de António José Viale, autor de diversas obras de carácter histórico, as quais se fazem acompanhar de forte componente literária-poética, como por exemplo o seu Bosquejo histórico-poético.

Este professor de literatura antiga foi mentor do monarca D. Pedro V, sendo que muitos dos seus livros de história foram adoptados oficialmente nas escolas primárias e liceus. Não é por isso surpreendente que a história política dos grandes homens, segundo a historiografia tradicional ainda dominante, seja a tendência



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que José Viale representava. Menos ainda o é que tenha proposto o fim da cadeira de História Universal Filosófica, num plano de reforma do curso em 1867, colocando em vez disso ênfase na história nacional. As cadeiras de história do Curso tinham claros reflexos da filosofia da história, trazendo em certo sentido uma inovação face à historiografia habitual, apesar de não ser incompatível e poder até incorporar elementos daquela.

Já a cadeira de literatura moderna viu-se desde início enredada em problemas, sobretudo pela doença que afligiu António Lopes de Mendonça, o docente para ela designado, mas também pela dificuldade em arranjar um substituto, uma vez que foram muitas as recusas. Após a morte de Lopes de Mendonça em 1865, vem finalmente Augusto Soromenho ocupar provisoriamente a posição, até ser nomeado definitivamente por concurso em 1867. Aparentemente Soromenho aproxima-se mais das tendências da filosofia da história, pois foi contra a proposta de Viale. Isso porque até o concurso de 1867, que o opunha a Pinheiro Chagas, foi mote para a polémica Questão Coimbrã, envolvendo precisamente as temáticas de filosofia da história no contexto da literatura.

O interesse de Soromenho pela história é manifesto, desde logo porque vai reger a cadeira de História Pátria e Universal, assim que se dá o falecimento de Luís Rebelo da Silva em 1872. Não devemos também esquecer a sua relação íntima com Antero de Quental, e com a geração de 70 da qual fazia parte, sendo que foi um dos oradores das famosas conferências do casino. No seu discurso sobre “A Literatura Portuguesa Contemporânea” critica implacavelmente a sociedade portuguesa, bem como os vícios culturais e as representações da história de Portugal na literatura.

De facto, é a 1ª cadeira de epígrafe História Pátria e Universal que está mais próxima da historiografia convencional, colocando a história como objecto primordial de estudo. Inicialmente, Rebelo da Silva como docente da cadeira procurou ligar a história nacional ao contexto mais alargado da história da humanidade. Contribuíram para isso com certeza as teorias em voga de origem filosófica, reflectindo-se no peso que a filosofia da história tinha no curso como um todo.

Como discípulo de Alexandre Herculano seguiu as pisadas do seu mestre em muitos aspectos, e a esse respeito, não devemos esquecer as reservas de Herculano relativamente às sínteses generalizadoras da filosofia da história. No entanto, são assinaláveis algumas diferenças entre ambos. Em primeiro lugar, com Rebelo da Silva são atenuadas as tendências para o juízo moral, apostando sobretudo na compreensibilidade dos fenómenos de natureza histórica, levando a explicações não dicotómicas nas suas análises. Talvez isso o aproxime mais da filosofia da história, tendo em conta essa perspectiva sintética. Contudo, tal como o seu guia espiritual, continua a considerar a história como mestra de vida, com as suas lições, no sentido de aprender com os erros do passado, informando a actuação no futuro.

Apesar das noções de decadência e progresso acompanharem as bases teóricas da sua investigação histórica, deixam de ser vistas isoladamente, adoptando uma visão dialéctica acerca de ambas. Decerto com um sentido de teor essencialista, contudo em última instância segue aqui a proposta voluntarista de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Herculano, ainda que menos moralista, modificada por uma orgânica delimitadora, tão em voga depois nas teorias ráticas dos finais do século XIX, ou seja, dentro das características próprias do homem, ou de um povo, é a vontade que traça o seu destino. Porém, bem vistas as questões, no fundo, isso dilui-se em ambos num vago providencialismo, já não religioso, como alguns fizeram notar, mas antes abstracto ainda que nele o divino possa despontar.

Em todo o caso, o docente de história do curso superior marca uma viragem nos estudos históricos, através da fundamentação documental assente na investigação dos séc. XVI-XVII com minuciosos estudos económicos e sociais da época. Neles procurava os motivos por detrás da evolução de Portugal até à situação presente, que se foi deslocando aparentemente para uma posição marginal. Esses estudos de carácter académico foram a base para as obras de muitos outros historiadores como, por exemplo, Oliveira Martins. Este último colheu os dados por ele apresentados, bem como algumas ideias e teorias que desenvolveu, e deu-lhes a forma popular da literatura de divulgação.

Não quer isso dizer que Rebelo da Silva estivesse arredado da educação popular, bem pelo contrário. A sua noção de patriotismo assim como a exaltação da consciência e memória histórica do povo português foram uma preocupação constante, ainda para mais face à possibilidade da união ibérica, ou são até talvez uma das razões de ser do seu labor historiográfico. Além de ter grande influência sobre o conselho geral de instrução pública, do qual era membro, ele vai propor, por exemplo, o Compêndio de História Nacional para uso nas escolas e liceus. Algo inovador dado que essa obra fazia uso do método regressivo, precisamente para marcar o peso do passado no presente.

Contudo, jamais devemos minorizar as críticas vindas de sectores mais tradicionalistas, como por exemplo José Viale, em vista da preponderância dos seus manuais de história no ensino médio. Até porque Rebelo da Silva não lhe deve ter ficado indiferente, uma vez que o seu último programa 1870-71 coloca maior ênfase na história nacional, em vez de maior diálogo com a dimensão universalizante que encontramos na história universal filosófica. Já o programa de 1865-66, com o título “A civilização na Europa nos séculos XVII e XVIII”, alargava-se nesse sentido, sobre a perspectiva da história europeia, com a última parte referente a Portugal mais sucinta.

Pelas descrições do público, Rebelo da Silva seria a figura maior do Curso Superior de Letras. Isso deveu-se não só ao prestígio da sua obra de investigação, mas também pelo estilo de conferência que as aulas do Curso adquiriram, quase casa de espetáculos, o qual este soube aproveitar. Orador exímio, movia pequenas multidões para as suas aulas que poderiam chegar à centena. Discursava de improviso acerca da história da humanidade, prendendo a atenção com as suas descrições, figuras, imagens e apreciações largas, segundo nos relata Bulhão Pato. Também as aulas de Sousa Lobo e Jaime Moniz seriam populares, o que demonstra o interesse do público pela história, pois tomavam parte não apenas alunos, mas igualmente público em geral.

Por fim, cabe aprofundar a cadeira em que a filosofia da história se fazia mais notar que, como mencionado anteriormente, era lecionada por Jaime Moniz. O provimento para a 5ª cadeira de História Universal Filosófica



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

é feito por concurso. Houve outros candidatos, mas desconhece-se o conteúdo das teses apresentadas. O concurso tinha por tópico “Da natureza e extensão do progresso, considerado como lei da humanidade, e sua aplicação às belas artes” e deu-se no formato de várias lições avaliadas pelo júri, em particular a tese final dos vários candidatos. Vindo a ser nomeado Jaime Moniz, então com apenas 25 anos, para a regência da cadeira.

Apesar do programa de 1865-66 colocar foco apenas na civilização egípcia é, contudo, de supor que outras temáticas relacionadas com teoria da história seriam abordadas, pois Jaime Moniz era seguidor da filosofia da história. Era não só adepto dessa visão filosófica como também germanófilo convicto, adoptando e recomendando sobretudo autores alemães para as suas lições. Ele mantém contacto com o universo cultural germânico, por exemplo, com regales temporadas de estadia em Hamburgo.

Consequentemente, encontramos nele sobretudo as marcas do idealismo alemão, mormente de Hegel. No entanto, o peso das ciências naturais e do discurso positivista também vão ter reflexo nas lições de Jaime Moniz. Esse é provavelmente um desenvolvimento progressivo, relacionado com tendências gerais do conhecimento científico. Um outro programa conhecido de 1885-86, por sinal bem mais abrangente e elaborado, é claro a esse respeito quando divulga ideias de Friedrich Von Hellwald, um historiador de orientação evolucionista, segundo a tradição de Darwin, que é próximo do naturalista e filósofo Ernst Haeckel.

Para além da sua actividade docente, o ponto mais assinalável em Jaime Moniz deve-se ao facto de ter sido quem mais persistentemente se preocupou com a reforma do ensino, procurando melhorar tanto o Curso Superior de Letras, bem como a educação em Portugal de forma geral. Foi ele quem sempre se bateu por tornar o curso numa escola normal superior, formadora de professores. São bem conhecidas as reformas de Jaime Moniz, com início nos anos 1880, que resultam num grande espectro de transformações em todo o ensino secundário durante largos anos.

Foi também um dos docentes com maior longevidade, contudo, as responsabilidades políticas, nomeadamente no conselho de instrução pública, levam a que no séc. XX venha a prescindir do seu posto universitário. Por esse e outros motivos, ao longo dos largos anos de professorado viu-se por diversas vezes impossibilitado de leccionar a sua cadeira, requerendo substitutos.

Apesar de tudo, ele sempre procurou melhores condições materiais e espirituais do curso, e lutou pela modernização da educação. Essas ausências eram por isso, não raras vezes, realizadas nesse âmbito, por exemplo, quando patrocinado pelo governo, realizou uma viagem ao estrangeiro para estudar o ensino secundário e os diversos sistemas de instrução, com o intuito de produzir um projecto de reforma.

Cabe agora, seguindo a ordem cronológica, dar seguimento à entrada de novos professores e o subsequente alargamento do curso. Alguns dos professores acima mencionados tiveram longas carreiras no Curso Superior de Letras, sobretudo os de teoria histórico-filosófica, ou seja, Sousa Lobo e Jaime Moniz.

Para o efeito aqui pretendido o foco deve estar nos marcos mais assinaláveis para os direcionamentos da história, ainda que pontualmente professores de outras disciplinas tenham importância para a dimensão



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

histórica do curso, tanto directamente como indirectamente, sendo por isso também relevante abordá-los o mais sucintamente possível.

Outro esclarecimento prende-se com a ênfase dada aos professores. Essa é uma escolha deliberada, uma vez que as tendências estão mais associadas a eles, apesar do diálogo que possa haver com os estudantes, ou mesmo fora do contexto académico, dando lugar a evoluções ou correções em função disso. No entanto, em última instância isso passa mais pela preparação dos professores, até porque o formato do curso tinha essa apetência para o monólogo, em vez de uma vertente de discussão em volta de um tema de investigação.

Ainda assim, essa perspectiva não é de descartar pois, em boa verdade, foram vários os testemunhos dos estudantes acerca das características dos diferentes docentes. Essas descrições, muitas vezes em formato memorialístico, podem ser encontradas em alguns escritores como Bulhão Pato, Guerreiro Murta, Manuel de Oliveira Lima, Ramalho Ortigão, José Relvas, Hernâni Cidade ou Fidelino de Figueiredo entre outros alunos notáveis.

Também encontramos estudantes internacionais, sobretudo vindos de Espanha, que escrevem apreciações acerca do Curso, como no caso de Ginar de Los Rios ou Rafael Labra. Este último vem a Portugal em 1887-88 precisamente numa viagem de estudo, com o objectivo de comparar as diferentes metodologias pedagógicas e a evolução das estruturas educativas. Em 1904-05 esteve igualmente Julio Nombela y Campos ao abrigo de uma bolsa, atribuída pelo governo Espanhol, a realizar estudos em torno do sistema de ensino em Portugal.

Apenas a partir da primeira década da existência do Curso começam a surgir as primeiras alterações, com a entrada de novos docentes e a criação de cadeiras suplementares. Os desígnios de transformação sempre tiveram eco nas discussões internas da instituição, mediante várias propostas de reforma e/ou alargamento das matérias ministradas, pelo que a renovação do corpo docente só vem acentuar essa disposição.

Em 1872 dá-se o óbito de Rebelo da Silva na sequência do qual, como referido anteriormente, Soromenho é transferido para essa cadeira. A abertura do concurso, para preencher a vaga aberta em literatura moderna, vai ser dos mais comentados na imprensa periódica, assim como talvez o que vem a trazer maiores reverberações futuras para a história e filosofia, surgindo uma tendência positivista no Curso. O que só vem reforçar a importância desse evento, apesar da aparentemente não tão próxima relação dessa cadeira com a história em stricto sensu.

A concurso apresentaram-se Teófilo Braga e Pinheiro Chagas, retomando de certo modo a polémica questão Coimbra, assim como Luciano Cordeiro. A tese de Teófilo Braga tinha por título “Teoria da História da Literatura Portuguesa”, o que só demonstra a importância que a história carregava na sua perspetivação da literatura. Teófilo considerava, por exemplo, que as obras literárias são um produto das condições sociais e históricas, reflectindo de igual modo as verdades filosóficas no grau evolutivo de cada época. Não é por isso de estranhar que em 1873-74, o seu curso de literatura moderna e portuguesa, tenha a designação de história da literatura portuguesa.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Por seu turno a tese de Pinheiro Chagas denominava-se “Desenvolvimento de Literatura Portuguesa”, enquanto a de Luciano Cordeiro, que devido à polémica acesa entre Teófilo e Pinheiro Chagas se torna uma figura de segundo plano, tratava “Da Literatura como Revelação Social”. Segundo nos relata Busquets, Teófilo Braga reuniu a simpatia do júri, pela qualidade das suas provas, apesar de uma suposta desvantagem que teria Pinheiro Chagas como candidato preferido entre a maioria dos membros do júri. No entanto, isso é posto em causa por estudos recentes, uma vez que Teófilo Braga conseguiu assegurar apoio prévio, revelando que independentemente do mérito, que Teófilo com certeza tinha, antes de mais se procurava mover a benevolência do júri, como aliás acontecerá noutros concursos (vd. João Couvaneiro, O Curso Superior de Letras (1861-1911)... 2012).

Alguns dos programas disponíveis deixam antever o conteúdo ministrado, ao longo da sua carreira universitária, mas é através das obras publicadas que mais detalhadamente podemos asseverar acerca da matéria em questão. A sua introdução à história da literatura em Portugal de 1870 foi um grande contributo para o sucesso no concurso a que se candidatou, e nela encontramos provavelmente a base para as suas primeiras lições. Também o seu pequeno ensaio de 1872 acerca dos críticos da sua teoria da história da literatura, onde se defende sobretudo de Antero de Quental e Oliveira Martins, atacando as posições de ambos autores, é elucidativa a esse respeito ao clarificar os seus posicionamentos teóricos.

A questão da raça e os fundamentos etnológicos do povo português vão ter um peso determinante na sua análise, sobretudo em torno do seu princípio de síntese das raças. Isto porque o peso relativo de cada uma delas levou a desacordos vários, como, por exemplo, o da teoria do predomínio de uma origem moçárabe, que muitos consideravam residual ou até inexistente nos moldes propostos do Teófilo. Esse determinismo etnológico e geográfico foi bastante criticado por Oliveira Martins, que se inclinava por sua vez para uma teoria voluntarista da nacionalidade.

As temáticas e perspectivas sobre as quais assentavam as aulas do Curso Superior de Letras de Teófilo Braga podem então depois já ser lidas no seu Manual da história da literatura portuguesa publicado em 1875. Este era uma adaptação aos liceus das suas lições, num formato compendiado dessa sua teoria cujo o intuito era estabelecer leis e princípios sistemáticos, nos diferentes períodos da história de Portugal posta em relação com as produções literárias de cada época. Essa obra seria depois melhorada em 1886 o que, segundo o próprio autor, reflecte os seus progressos em relação a esse estudo. O factor étnico e geográfico é mais diluído em favor da ideia de um génio nacional baseado no sentimento e na moral, ainda que mantendo a intenção de rigorismo científico na busca de leis nesses processos.

A perspectiva histórica de Teófilo não deve ser desligada da sua concepção filosófica e política, em primeiro lugar porque a sua adesão ao ideário de Comte está desde logo associada à valorização da factualidade positivamente dada. Isso implica a esquematização dos processos históricos segundo esse ideal científico, assim como a subjectivização desse ideal no indivíduo segundo o modelo dos grandes homens. Em termos ideológicos o republicanismo, com a sua ênfase na dimensão cívica da política, harmonizava-se



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

com a sua leitura da história apontada para o futuro. Esse era o caminho que, segundo ele, poderia reconduzir Portugal na direção da grande marcha da humanidade, pois afinal a questão nacional foi sempre uma das suas principais preocupações.

A importância de Teófilo Braga no Curso Superior de Letras vai bem para além desse aspecto pessoal, pois ele procurou arregimentar correligionários com os mesmos ideais, isso nota-se antes de mais num diálogo alargado a outros professores, correlacionando-se com a direção geral do curso. São exemplos dessa influência a entrada de Consiglieri Pedroso, para a Cadeira de História Pátria e Universal, que com certeza teve o seu apoio e que trouxe alterações teóricas e curriculares à disciplina. Como vimos anteriormente, a aproximação ao discurso modelado nas ciências naturais, por parte de alguns docentes, tem provavelmente nele também o maior suporte.

Contudo, não faltaram inimizades em relação ao professor de literatura, sendo os casos mais marcantes o de amigos que se tornaram adversários, pois ao que consta os dotes de afabilidade e tolerância não seriam das suas melhores qualidades, o que era agravado por um certo sectarismo das suas posições. É bem conhecida a desavença de Teófilo com Antero, sobretudo por motivos intelectuais, aquando das Conferências do Casino. É ainda mais peculiar o afastamento de Adolfo Coelho, ele que tinha sido seu apoiante por essa altura e com isso contaria mais tarde, mas em vez disso irá transformar-se em seu antagonista.

A adição de Adolfo Coelho foi também um dos pontos marcantes do curso, visto ser ele um grande crítico da direção científica e dos modelos seguidos nele, procurando uma viragem para a vertente de investigação, em vez do formato palavroso ao estilo das faculdades de letras francesas. A entrada de Adolfo Coelho dá-se no contexto da mais significativa reforma do curso no decorrer do séc. XIX, pois além da cadeira de filologia, regida por ele, foi criada a cadeira de sânscrito, passando o curso a constituir-se por 7 cadeiras.

A cadeira de sânscrito significou avanços nos estudos históricos orientais, e a partir dessa cadeira divulgaram-se conhecimentos sobre esse ramo da história, que se encontrava então em ascensão por toda a Europa, numa clara popularidade do orientalismo vinculado ao colonialismo do final de oitocentos. Sendo que o próprio orientalismo também se revela como uma tendência, próxima das teorias rácicas sobre o arianismo, que remetia, por exemplo, a história da evolução humana para um certo mistério de tradições esotéricas. Foi nomeado para essa cadeira Vasconcelos de Abreu que, além de viajado pelo oriente, tinha realizado estudos de sânscrito e línguas antigas orientais nos principais centros de investigação da França, Alemanha e Inglaterra.

Com Adolfo Coelho iniciam-se os estudos de filologia comparada em Portugal sendo que, segundo relato de Busquets de Aguilar, terá estudado na Alemanha, fazendo todo o sentido dado o seu germanismo, mas pouco se sabe acerca dessa estadia (Veja-se a entrada a seu respeito neste Dicionário da autoria de Ivo Castro). Em todo o caso, esse alargamento do curso vai de forma indirecta ajudar a investigação histórica, uma vez que o aprofundar de questões filológicas permitiu desenvolver a hermenêutica linguística de textos do passado histórico.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

As tendências seguidas por Adolfo Coelho seguem de perto a tradição científica alemã, alicerçada filosoficamente na linha do hegelianismo, correspondendo-se com vários intelectuais marcantes da Alemanha, tendo Karl Marx inclusive lhe enviado uma cópia de O Capital (segundo um leilão recente dessa obra com nota manuscrita endereçada a Adolfo Coelho). É também na pedagogia que essa influência se vai notar, vindo depois a acentuar-se quando passa a lecionar a cadeira de Pedagogia. Ele vai sobretudo reflectir acerca da relação entre a cultura intelectual (de elites) e a cultura popular, ligando-se ao renovamento pedagógico germânico, em particular a Fröbel e Pestalozzi.

Quanto à filologia, os seus estudos são devedores ao filólogo alemão Friedrich Diez, cuja metodologia adaptou ao caso português. Na realidade, Adolfo disponibilizou-se para lecionar uma cadeira de filologia germânica, na condição de que lhe fossem financiados estudos para esse efeito na Alemanha e Inglaterra, o que não chegou a acontecer. Essa é a sua principal característica, pois vai defender insistentemente a especialização para dessa forma, partindo das origens fontais, se proceder à criação de conhecimento.

Na sequência da crítica relativa ao modelo educativo seguido no Curso Superior de Letras, Adolfo Coelho procurou, nas suas propostas de reforma apontadas à via da investigação, acentuar a vertente filológica e linguística do curso. Consequentemente, isso iria diminuir a carga curricular de cadeiras do campo da história e filosofia, pelo que se poderia acusá-lo de querer tornar o curso numa escola de línguas e literatura, assim como Teófilo Braga pretendia transformá-lo a seu modo numa faculdade de sociologia.

Contudo, não se pode dizer que o professorado de Adolfo Coelho se restrinja apenas à disciplina filológica, o seu contributo também se fará notar nos domínios da história. Não só porque partindo da linguística vai reflectir, por exemplo, acerca da nacionalidade, mas sobretudo porque pensou atentamente questões pedagógicas inerentes às cadeiras de história no seu plano de reforma. Embrenhando-se igualmente na história antiga, como professor substituto da cadeira de literatura latina e grega.

Esse foi um dos eixos do confronto com Teófilo Braga, uma vez que este último considerava ser “substituto legal” da cadeira de literatura antiga, no contexto da jubilação de José Viale, assim como depois nas ausências de Pinheiro Chagas, pois no concurso prestou provas sobre essa matéria. No entanto, foi contestado pela maioria dos professores, acabando Adolfo Coelho por lecioná-la. Apesar de tudo, Teófilo Braga chegou a lecionar efemeramente a cadeira de literatura latina e grega, assim como mais aturadamente foi substituto nas cadeiras de História Universal Filosófica, bem como História Universal Pátria. A remuneração monetária seria um dos atrativos, como se pode depreender pela correspondência de Teófilo, contudo a maior recompensa seria a projeção intelectual do seu ideário.

Essas lições de história dadas pelo professor republicano, terão porventura inspirado a publicação do livro História Universal em 1882, bem como A Pátria Portuguesa em 1894. Ambas as obras têm uma vincada vertente sociológica, próxima das correntes do positivismo francês, o que demonstra maior empenho no desenvolvimento das suas teses, até porque desde 1878 que não se encontrava isolado na defesa dessas ideias. É nesse ano que, após a morte de Augusto Soromenho, abre concurso para a cadeira de História



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Universal Pátria, tendo concorrido a provas Consiglieri Pedroso, Maria da Cunha Seixas e Manuel de Arriaga, sendo que Alberto Pimentel desistiu prematuramente. O escolhido foi Consiglieri, mas não sem protestos, por supostamente ter sido beneficiado, o que deu lugar a certa polémica.

A afinidade ideológica do futuro professor com Teófilo Braga seria motivo suficiente de desconfiança, independentemente da correção das acusações, isto porque a decisão da constituição do júri recaía em grande medida sob o quadro de professores do Curso. A tese apresentada por Consiglieri versava sobre a Constituição da Família Primitiva, aproximando-se da perspectiva etnológica amplamente defendida por Teófilo. No entanto, também Manuel de Arriaga se apresentava a concurso com uma tese sobre a Renovação Histórica em que propõe a aproximação da história universal às ciências naturais, seguindo de perto as teses positivistas, advogada igualmente pelo professor de literatura moderna. As más relações de Teófilo com Manuel de Arriaga podem ter ditado a nomeação de Consiglieri, ainda assim a escolha deve ter resultado igualmente do mérito da tese apresentada, em vez de uma suposta parcialidade ideológica. Contudo não se deve descartar também a preferência por Consiglieri devido a uma proximidade pessoal ao corpo docente, como antigo aluno do curso.

Em todo o caso, a entrada de Consiglieri Pedroso implicou relevantes alterações no programa e direção geral da cadeira. A publicação do Compêndio de História Universal em 1881 reproduz os conteúdos lecionados, denotando-se a orientação positivista da matéria em estudo. Essa tendência leva, por exemplo, a considerar a história universal como uma ciência, procurando de forma sistemática encontrar princípios reguladores que pudesse estruturar a história numa óptica civilizacional de povos e respectivas épocas. Apesar do manual se destinar ao liceu, é notável o esforço de teorização, sobretudo nos apontamentos introdutórios, dando-nos indicações da metodologia seguida na sua cadeira no ensino superior, que provavelmente seria semelhante.

A sua conceção de história-ciência, que não deixa de ser narrativa, teria a ciência dos factos como trave mestra, dividindo o ensino desta em três partes correspondentes a 1. Método 2. Didática 3. Prática. O método comparativo seria preferencial na história, do qual resultavam deduções históricas por via da comparação de factos da mesma ordem. A parte didática ocupa-se da classificação das várias formas de exposição historiográfica, enquanto a parte prática corresponde à divisão da história universal em épocas ou de forma mais alargada diz respeito a relações temporais.

Esta visão universalizante da história pátria é fundamentalmente nova no panorama de estudos históricos em Portugal, pois não se fica apenas por determinados períodos como a idade média ou a época moderna, mas remonta a períodos mais recuados. É além do mais de certo modo prospectiva, recusando lições do passado, procura antes leis de desenvolvimento que apontam para o futuro. Desse modo, seriam várias as ciências humanas auxiliares da história, como a etnologia ou sociologia, mas também numa ordem mais elementar as ciências naturais forneceriam dados às ciências mais complexas como a história.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Contudo, a História não deixa de ter uma componente moralizante para Consiglieri Pedroso, o que de resto não seria incompatível com o seu positivismo. Ao longo do seu compêndio é por exemplo possível descortinar a exposição dos factos positivos, como repositório das práticas de virtude, identificados em várias civilizações nessa marcha de ascensão da humanidade rumo ao conhecimento científico do mundo.

Depois de Consiglieri Pedroso a entrada de novos professores é muito diminuta. Ainda que tenham sido várias as tentativas de reforma do curso, invariavelmente procurando o seu alargamento, o programa de estudos permanece mais ou menos estável até o final do século. Apesar de se abrirem algumas cadeiras de línguas, como o grego, e outras em regime de curso livre, como psicologia e pedagogia, não houve grandes alterações no ensino da história. Contudo, agrava-se a preocupante situação de falta de professores na passagem de século.

Dessa forma encontramos o curso em crise no princípio do século XX, apesar das recorrentes queixas quanto, por exemplo, à inadequada dimensão do curso para um verdadeiro ensino humanístico da parte de Adolfo Coelho (que era por esta altura aliado do influente Jaime Moniz), a reforma tardou em se materializar. Só em 1899 é formada uma comissão por Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso e Sousa Lobo que definiria os parâmetros da reestruturação. Finalmente em 1901 dão-se as transformações mais profundas no curso, com uma grande expansão de cadeiras e a subsequente contratação de novos professores. Irá agravar-se por isso o problema do espaço de funcionamento do Curso Superior de Letras (que partilhava as instalações com a Academia Real das Ciências), então instalado no antigo Convento de Jesus que estava muito longe de reunir condições para o efeito.

Apesar das queixas da falta de investigação acerca deste período por Busquets de Aguilar, que considera ser um dos mais importantes na história do Curso do Superior de Letras, as propostas da comissão reformadora são reveladoras a esse respeito. Nesse projecto o curso adquiria a nova designação de Escola Superior de Letras, pelo que facilmente se pode depreender que foi um prelúdio para a Faculdade de Letras, devendo ser igualmente considerado como período de transição e englobado na história dessa instituição posterior. É nesse primeiro decénio que na realidade se formam as bases para a futura reforma já em pleno regime republicano.

Como vimos anteriormente, existem várias perspectivas em confronto relativamente às direções de reforma do curso. No final parecem ter sido melhor acolhidas as propostas de Adolfo Coelho, pois é acentuada em boa medida a vertente linguística. No entanto, foram também introduzidas cadeiras próximas da área de ciências sociais, em particular geografia. A nova estrutura do curso conta com as seguintes cadeiras: Geografia, Língua e Literatura Francesa, História Antiga, Filosofia, Filologia Românica, História da Idade Média e Moderna, Filologia Portuguesa, Literatura Nacional, História Pátria.

Porém, nos 3 cursos de habilitação recém-criados para formação de professores, bibliotecário-arquivista bem como para diplomático, poderia alargar-se às seguintes cadeiras: Filologia Latina, Língua e Literatura



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Alemã e Inglesa, Pedagogia, História e Pedagogia, Língua Inglesa, Bibliologia, Paleografia, Diplomática, Numismática.

Na nova organização podemos ver que a cadeira de História Pátria deixa cair a vertente Universal, e a História Universal Filosófica é eliminada com a criação apenas de uma cadeira de Filosofia. Já Adolfo Coelho torna-se professor de pedagogia e a cadeira de Filologia é subdividida em diferentes variantes, ainda que este continue a lecionar pelo menos filologia românica, José Maria Rodrigues é, contudo, convidado para assumir a cadeira de filologia latina.

De entre a vaga de novos professores é de destacar Joaquim da Silva Cordeiro, convidado para reger a cadeira de filosofia. Como antigo aluno do curso havia escrito uma obra à acerca da filosofia da história, onde a influência do positivismo francês se fazia notar. Contudo, essa orientação cientista dará lugar mais tarde a preocupações de ordem política, aproximando-se do campo socialista, ao recusar algumas teses do positivismo que segundo ele levariam a um “intelectualismo demasiado abstracto e teórico” (vd. Amadeu Carvalho Homem, “Do «Iluminismo» ao Positivismo...”, 1981, pp.29-76).

Na sua obra *A Crise em seus Aspectos Morais*, que é um dos mais importantes ensaios de reflexão social, política e económica do final de oitocentos, podemos encontrar essa crítica filosófica ao positivismo e a outras correntes de pensamento. Em termos históricos essa condenação é direccionada à idealização histórica e aos juízos de valor, pelo que procura sobretudo compreender as contradições da sociedade do seu tempo, servindo-se em boa medida dos avanços nas ciências sociais, especialmente da psicologia (vd. Sérgio Campo Matos, “Introdução”, Joaquim Silva Cordeiro, *A Crise...*, 1999, pp.XIII-LVIII).

No entanto, esse historial de proximidade às concepções da filosofia da história irão acompanhá-lo, corrigidas de certo dogmatismo, assim como as primeiras reflexões em torno do positivismo. O que se confirma pela recomendação das obras de Harald Høffding e de Alfred Weber como manuais de estudo, ambos marcados pela tradição da filosofia da história.

Apesar de diferenças ideológicas e políticas entre professores, torna-se cada vez mais notório o triunfo das ideias associadas a um vago positivismo entre o corpo docente. Isso acontece como vimos em Silva Cordeiro, mas também Manuel Maria de Oliveira Ramos e Francisco Xavier da Silva Teles, responsáveis pelas cadeiras de História Antiga e de Geografia respectivamente, que se inclinam nessa mesma direcção. Curiosamente, as bases para as cadeiras saídas da reforma haviam de ser lançadas por Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso, pois tinham regido provisoriamente as cadeiras de Geografia e História Antiga até ao lançamento de concurso, pelo que não é de estranhar a orientação que se seguiu.

Esses resultados são algo paradoxais em relação à evolução programática do curso, uma vez que as propostas positivistas, com Teófilo Braga à cabeça, não se reflectem no plano de estudos, nem se materializa uma viragem para a sociologia como preconizam os seus prosélitos. É Adolfo Coelho quem parece levar a melhor, no entanto, com a expansão do curso, para compensar Teófilo parece ganhar ainda mais apoiantes



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do seu ideário. A deterioração da situação política e o avanço do republicanismo entre as elites intelectuais foram provavelmente de grande contributo para esses desenvolvimentos.

Essa tendência prossegue após a morte de Consiglieri Pedroso em 1910, sendo então chamado para o substituir Agostinho Fortes, que se tinha apresentado a concurso em 1904 para a cadeira de História Antiga. Como fora então aprovado, mas preterido em favor de Oliveira Ramos, requereu a entrada sem concurso por ter prestado provas sobre as temáticas da cadeira, apesar dos protestos de outros candidatos. O fio condutor da sua perspectiva histórica está no republicanismo demoliberal, recolhendo ecleticamente elementos teóricos, segundo a óptica de uma história da civilização, de pensadores de pendor positivistas e socialistas.

Estamos então no limiar da reorganização educativa que deu lugar à Faculdade de Letras em 1911. A reestruturação do curso em 1901 teve efeitos positivos, não só na abrangência de conteúdos do ponto de vista da história e outras áreas do saber, mas também no aumento quase exponencial do número de alunos. Para isso terá contribuído a transformação do curso praticamente numa escola normal superior, capaz de formar professores de liceu, além de outras saídas profissionais.

Encontramos também pela primeira vez professores estrangeiros contratados, como no caso de Peter Joachim Heinrich Bauert em 1901 para ensinar Língua e Literatura Alemã, seguindo-se depois Alfredo Apell em 1904. Nessa aposta linguística, seria igualmente chamado David Melo Lopes, para o ensino de Língua e Literatura Francesa. Esses desenvolvimentos contribuíram com certeza para aproximar o ensino e investigação histórica ao pensamento europeu.

O plano curricular referente à história expande-se, dividindo-se em épocas e especialidades. Após a morte de Vasconcelos Abreu em 1907 ainda se pensou suprimir a cadeira de sânscrito e abrir uma cadeira de arqueologia, mas encontrou-se um substituto para ensinar a língua com Sebastião Rodolfo Dalgado. Apesar de tudo, a história continua a despontar noutras cadeiras, como no referido caso da filosofia, ou ainda noutro sentido dá-se a historicização de certos domínios, como no caso da cadeira de História da Pedagogia. Houve uma grande aposta na vertente pedagógica, pois esse seria um dos desígnios da reforma, ou seja, conferir capacidade ao curso de formar pedagogicamente os indivíduos que nele tomavam parte, para posteriormente melhor poderem lecionar as matérias estudadas.

Concluindo, é possível asseverar que o Curso Superior de Letras desempenhou uma importante função, ao lançar as bases para o estudo das humanidades, e os desejos de constante alargamento deram lugar a projectos vários sobre o ensino humanístico em Portugal. Dessa forma houve sempre contactos mais alargados, sobretudo em relação ao que se passava no estrangeiro, como por exemplo através de comissões de investigação para reformas, que invariavelmente procuram suporte em exemplos de outros países. Só no início do século se deu um salto qualitativo, que tornou o Curso numa referência para o ensino da História, Literatura e Filosofia em Portugal. Essa reorganização veio mais tarde a resultar na Faculdade de Letras com a criação da Universidade de Lisboa em 1911.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia activa: AGUILAR, Manuel Busquets de, O Curso Superior de Letras (1858-1911), Lisboa, s.n. 1939; BRAGA, Teófilo, História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa, LIV, 1801 a 1872, Lisboa. Tip. da Academia Real das Ciências, 1902; COELHO, Adolfo, "A reforma do Curso Superior de Letras" in Revista de Educação e Ensino, LIV, 1889; COELHO, Adolfo, "O Curso Superior de Letras e os cursos de habilitação para o magistério secundário" in Notas sobre Portugal, vol.I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1908; COELHO, Adolfo, A questão do ensino. Conferência pública feita no Casino Lisbonense em 17 de Junho de 1871, Porto-Braga, Livraria Internacional, s.d. [1872]; COELHO, Adolfo, Le Cours Supérieur de Lettres, Paris-Lisbonne, Aillaude e C.ie, 1900 ; CORDEIRO, Joaquim António da Silva, A Crise em seus Aspectos Morais, Estudo introdutório, organização e notas de Sérgio Campos Matos, 2nd ed., edições cosmos, 1999; FERREIRA, Andrade, "O novo Curso Superior de Letras" in Revista Contemporânea de Portugal e Brasil: 1859, Vol. 1, 2nd Edition, Lisboa, 1861, pp.221-230 et pp.261-267 et pp.313-320 et pp.361-371; GARCIA, M. Emídio, "Importância dos estudos históricos nas ciências jurídico- -sociais e o ensino da história em Portugal" in O Instituto, vol. XIX, Coimbra, 1874; Programa das cadeiras do Curso Superior de Letras para o ano lectivo de 1865-1866, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865; GINER, F. y H. de los Rios, Portugal. Impresiones para servir de guía al viajero, Madrid, [1885]; TEIXEIRA, A. José, "O Curso Superior de Letras em Lisboa" in O Instituto, vol. VIII, Coimbra, 1859.

Bibliografia passiva: A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX, coordenação de Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos Do Ó, 2 Volumes, Tinta-Da-China, Lisboa, 2013; CATROGA, Fernando, "Individualismo e solidarismo jurídico: De Ferrer ao Solidarismo Jurídico" in Boletim da Faculdade de Direito, Studia Iuridica 45, Coloquia 4, Coimbra Editora, Coimbra, 1999, pp. 131-149; CATROGA, Fernando, "Os Inícios do Positivismo em Portugal" in Revista de História das Ideias, Coimbra, Vol. 1, 1977; COUVANEIRO, João Luís Serrenho Frazão, "O Ensino Superior da História em Portugal (1859-1911)" in História da Historiografia, Vol.6, No.11, Ouro Preto, 2013, pp.162-171; COUVANEIRO, João Luís Serrenho Frazão, O Curso Superior de Letras (1861-1911): Nos Primórdios das Ciências Humanas em Portugal, Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012; GOMES, Joaquim Ferreira, "Dois projectos de lei do século XIX para a criação de cursos ou Faculdades de Letras" in Novos estudos de história e de pedagogia, Coimbra, Almedina, 1986; HOMEM, Amadeu Carvalho, "Do «Iluminismo» ao Positivismo: Joaquim António da Silva Cordeiro e a sua obra" in Revista História das Ideias, Vol. III, Coimbra, 1981; IVO, Castro, "Coelho, Adolfo", Dicionário de Historiadores Portugueses (coord. Sérgio Campos Matos), https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_coelho.htm; MATOS, Sérgio Campos, "Cultura Histórica e Cultura Escolar no Portugal do Século XIX" in Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2002, pp.87-95; MATOS, Sérgio Campos, "O Curso Superior de Letras e a vulgarização histórica em Portugal: Projectos em confronto (1858-1901)" in Universidade(s): História, Memória, Perspetivas: Separata das Actas do Congresso "História da Universidade", Volume 1, Comissão Organizadora do Congresso,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Coimbra, 1991, pp.367-388; ROMÃO, Matos, “Curso Superior de Letras” in Separata da Revista da Faculdade de Letras, Vol. 15, Universidade de Lisboa, 1950; TORGAL, Luís Reis, “Ensino da História” in História da História em Portugal, vol. II, Lisboa, 1998,

Bruno Gonçalves